

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO**

PROJETO DE EXTENSÃO

1. TÍTULO DO PROJETO:

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO: transformações do trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul

2. CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO:

O Observatório Social do Trabalho é um projeto de pesquisa, ensino e extensão que desenvolve um conjunto de atividades acadêmicas e não acadêmicas focalizadas na temática das transformações do trabalho e do emprego na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Esta região corresponde, aproximadamente, à área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul – COREDE/SUL, constituído por vinte e dois municípios, tendo Pelotas e Rio Grande como polos regionais.¹ Outros municípios vizinhos também deverão ser objeto de monitoramento e análise deste Observatório.

A região sul do Rio Grande do Sul, também denominada Zona Sul, situa-se no extremo sul do Estado. Esta região é parte integrante da metade sul do Estado, cuja história foi marcada por um modelo peculiar de ocupação, distinto daquele que vigorou na região metropolitana de Porto Alegre e nas regiões coloniais. A pecuária extensiva e as grandes propriedades de terra constituíram a marca fundamental desse território onde a figura do gaúcho tradicional se formou.

Após o ciclo produtivo do charque, que teve seu ápice na segunda metade do século XIX e que tornou a cidade de Pelotas o principal pólo econômico do Rio Grande do Sul, assistiu-se a um processo de desenvolvimento econômico marcado pela industrialização das atividades tradicionais ligadas à agropecuária. Esse padrão de desenvolvimento, portanto, baseado nesses segmentos tradicionais, não acompanhou o ritmo de expansão e modernização capitalista e industrial mais diversificado e tecnologicamente avançado de outras regiões do Estado e do país. Por isso, ao longo da segunda metade do século XX, toda essa região passou a apresentar crescimento econômico inferior àquele observado nas regiões mais desenvolvidas, sendo gradativamente relegada a uma condição secundária no cenário econômico gaúcho.²

¹ A região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul (COREDE-SUL), um dos vinte e oito COREDES do Estado do Rio Grande do Sul, tem como polos os municípios de Pelotas e Rio Grande, sendo formada, ainda, pelos seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

² Sobre os determinantes das desigualdades de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul, ver Rosa, 2008.

Com a crise da economia brasileira nos anos oitenta e com o processo de reestruturação produtiva e de acelerada globalização econômica dos anos noventa, a região passa por um processo de desindustrialização e de estagnação econômica. As atividades tradicionais, sobretudo na indústria de alimentação, sofrem um forte impacto com as políticas de abertura comercial e, conseqüentemente, com a concorrência dos produtos importados. O resultado desse processo é a desestruturação desses setores intensivos em força de trabalho, a forte elevação dos níveis de desemprego na região e uma crise social sem precedentes.

A partir dos anos 2000, a estabilização econômica combinada com as novas políticas visando o crescimento e expansão da demanda interna, de aumento do poder de compra do salário mínimo e de inclusão social através das políticas de renda mínima, a região vem melhorando seus indicadores sociais e econômicos. O quadro, porém, mostra-se bastante problemático não só quando se compara os indicadores econômicos desta região com outras regiões do Rio Grande do Sul, mas quando se analisada as desigualdades intra-regionais.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a Zona Sul contava com uma população de 843.206 habitantes³, possuindo uma taxa média de urbanização de 82,9%. Em 2009, o PIB regional era de R\$ 13,9 bilhões. Apesar de ter, dentre os COREDES, o quarto maior PIB do Rio Grande do Sul, sua participação no produto total do Estado era de apenas 6,5%.⁴ Nesse mesmo ano, o PIB per capita da região era de R\$ 16.042,00, abaixo da média do Rio Grande do Sul, de R\$ 19.778,00⁵. Em 2009, a renda per capita do COREDE-Sul representava apenas 60% da renda per capita da região da serra gaúcha.

Nos últimos anos, a posição da região no cenário da economia do Estado tem se alterado devido, sobretudo, ao forte crescimento econômico observado no município de Rio Grande com suas atividades portuárias e com a recente instalação do Pólo Naval. O desempenho econômico desse município, porém, parece ser um caso isolado em relação ao conjunto da região. Enquanto o município de Rio Grande elevou, entre 1999 e 2009, em 35,3% sua participação na economia do Estado, o município de Pelotas reduziu a sua em 21,9%, perdendo continuamente posições dentre os municípios com o PIB mais elevado. Além desses descompassos em termos de crescimento econômico no interior da própria região, é preciso levar em conta, ainda, que o desenvolvimento alavancado pelo pólo naval pode acarretar problemas sociais significativos, não apenas do ponto de vista do processo de urbanização do município e de seu entorno, mas também do ponto de vista do mercado de trabalho e das relações de trabalho.

3. OBJETIVOS:

3.1. OBJETIVOS GERAIS:

- Desenvolver um conjunto de atividades de pesquisa, extensão e ensino focalizadas nas transformações do mundo do trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

³ Neste mesmo ano, o município de Pelotas contava com uma população de 328.275 habitantes e o município de Rio Grande com uma população de 197.228 habitantes. Somados, os dois municípios contavam com uma população de 525.503 habitantes, o que representava 62,7% da população da região. As taxas de urbanização dos municípios de Pelotas e Rio Grande eram, em 2010, de 93,3% e 96,1%, respectivamente.

⁴ Um crescimento discreto em relação ao ano de 1999, quando essa participação era de 6,15%.

⁵ Nesse mesmo ano, o PIB per capita do Brasil era de R\$ 16.414,00.

- Promover o debate público sobre o desenvolvimento regional e seus impactos econômicos, sociais e ambientais, levando-se em consideração, particularmente, a questão do trabalho e do emprego como mecanismos de integração social dos trabalhadores e da população em geral e de promoção da cidadania, da igualdade social e do direito à diferença.
- Promover a pesquisa científica aprofundada e o debate acadêmico interdisciplinar sobre o tema do trabalho e emprego.
- Promover o diálogo e a cooperação com a sociedade e a comunidade não acadêmica, desenvolvendo atividades extensionistas marcadas pelo compromisso social.
- Promover a qualificação das atividades de ensino e de formação profissional, integrando e oportunizando a participação dos alunos de graduação e de pós-graduação nas atividades do Observatório.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

No âmbito da pesquisa:

- Investigar as transformações sociais e econômicas da região sul do Estado do Rio Grande do Sul e seu impacto sobre a questão do emprego e do trabalho e na produção das desigualdades sociais.
- Investigar as políticas públicas de trabalho e emprego na região, bem como os principais atores sociais ligados ao mundo do trabalho, suas práticas e representações sociais.
- Identificar e analisar os principais indicadores de mercado de trabalho e emprego na região.

No âmbito da extensão:

- Consolidar e aprimorar o Portal do Observatório Social do Trabalho na internet e seu respectivo Banco de Dados sobre trabalho e emprego na região, a partir da colaboração e articulação entre diversas áreas de conhecimento e instituições sociais.
- Viabilizar, propor, elaborar, desenvolver e executar projetos de ação e intervenção conjuntos entre diversas áreas de conhecimento e instituições sociais visando não apenas melhorar o conhecimento sobre o mundo do trabalho, mas também qualificar as ações existentes e melhorar as condições de trabalho e emprego na região.

No âmbito do ensino:

- Estimular o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos na formação profissional dos alunos, propiciando a aproximação entre o mundo acadêmico e a realidade vivida pelos atores e instituições não acadêmicos.
- Qualificar a formação acadêmica de alunos de graduação e de pós-graduação através de sua participação em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Observatório.

4. JUSTIFICATIVA

As sociedades contemporâneas têm passado por profundas transformações sociais nas últimas décadas. Dentre estas, destacam-se aquelas referentes ao mundo do trabalho, às formas de gestão e organização das grandes empresas capitalistas. As

pesquisas no âmbito da sociologia do trabalho indicam que um novo paradigma produtivo vem sendo implementado desde meados dos anos setenta e, particularmente no Brasil, desde os anos oitenta e noventa. Assim, o paradigma fordista-taylorista estaria dando lugar a um novo modelo de gestão e organização do trabalho, normalmente denominado de acumulação flexível, toyotismo, pós-fordismo, dentre outras designações. Os estudos têm destacado que esse novo paradigma produtivo tem provocado importantes efeitos sobre a estrutura da classe trabalhadora e sobre as condições de exercício das atividades laborais, destacando-se processos de fragilização das relações de trabalho e de crescimento do desemprego. A precarização do trabalho, dos vínculos de emprego e das condições de trabalho, tem sido, pois, uma das consequências fundamentais destacadas pela literatura especializada. Essa precarização associa-se tanto às formas de gestão baseadas na terceirização e subcontratação, à multiplicação das formas e relações de trabalho, como ao aumento do estresse e da pressão sobre os trabalhadores impelidos a elevarem sua produtividade no trabalho. Neste sentido, as formas de trabalho intelectual, relacional, de serviços, indicam importantes mudanças no mundo do trabalho, decorrentes da elevação da produtividade do trabalho industrial e da incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação. Se, por um lado, essas tecnologias podem provocar um aumento nas exigências de formação e qualificação dos trabalhadores, por outro, elas acarretam novas formas de pressão, estresse e precarização do trabalho, além do próprio desemprego tecnológico.

Num país como o Brasil, que ocupa uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho, é preciso levar em consideração, ainda, a forte presença das formas clássicas de organização taylorista do trabalho e das chamadas atividades informais. Neste sentido, a análise da realidade brasileira exige que se leve em consideração a velha precariedade estrutural do trabalho, marcada por baixos níveis de proteção social, por uma elevada informalidade e pela heterogeneidade das formas de trabalho (trabalho autônomo, trabalho doméstico, organização familiar do trabalho, formas de trabalho cooperativas, formas de trabalho de subsistência e auto-consumo, etc.). Por todas essas razões, torna-se fundamental monitorar essas transformações do trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, identificando em que medida a precariedade do trabalho está presente no cotidiano dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, é preciso acompanhar as transformações econômicas regionais e medir em que medida elas estão impactando o mundo do trabalho. Nos últimos anos, o país vem experimentando uma nova onda de desenvolvimento econômico, um novo desenvolvimentismo, supostamente mais inclusivo e que tem tido um importante impacto sobre o crescimento do emprego formal. Trata-se, pois, de identificar em que medida esse crescimento tem estado presente nesta região do Estado, considerando-se, principalmente, os grandes projetos econômicos que nela têm sido implementados, como o pólo naval, a silvicultura, dentre outros.

Todas essas transformações exigem, pois, um processo constante de reflexão e acompanhamento por parte das instituições sociais e, particularmente, das instituições públicas responsáveis pela implementação de políticas específicas na área do trabalho. Por essa razão, o diálogo e a articulação entre essas instituições é de fundamental importância para o enfrentamento dos problemas decorrentes das mudanças no mundo do trabalho. O presente projeto, portanto, propõe-se a promover esse diálogo e essa articulação, trabalhando para a produção de indicadores, estudos, análises que dêem maior visibilidade e compreensão de uma realidade social em permanente transformação. Ao mesmo tempo, propõe-se promover a interdisciplinaridade, a articulação de conhecimentos diversos, acadêmicos e não acadêmicos, o que se constitui

num requisito fundamental para compreender todas as complexas facetas do fenômeno em pauta.

Vale salientar, finalmente, que o fortalecimento das instituições democráticas supõe um processo intenso de mobilização da sociedade civil, das instituições públicas e privadas, dos movimentos sociais e dos cidadãos em geral. Ao produzir, publicar e divulgar um conjunto de dados, informações e análises sobre o mundo do trabalho na região sul do RS, o Observatório pretende dar uma contribuição para que a mobilização e o diálogo democrático nela sejam cada vez mais amplos.

5. METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia de implementação deste Observatório ocorrerá em dois âmbitos diversos:

a) No âmbito da pesquisa social, nas atividades de monitoramento das transformações do mundo do trabalho em escala regional, através da produção de indicadores, estudos e análises sobre o mundo do trabalho. Utilizar-se-á, neste sentido, tanto metodologias quantitativas como qualitativas de análise do mundo do trabalho. Tomar-se-á como fontes de dados quantitativos, as bases de dados das instituições públicas e privadas brasileiras, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Ministério da Previdência Social - MPS, o Sistema Nacional de Emprego - SINE, o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas - DIEESE, a Fundação de Economia e Estatística - FEE do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho, dentre outras instituições relevantes. Essas instituições também fornecem fontes qualitativas relevantes, tais como documentos, legislação, dados administrativos específicos. As metodologias qualitativas também serão desenvolvidas através de fontes diversas como a aplicação de questionários estruturados, a realização de entrevistas, a realização de observações diretas, o desenvolvimento de observações participantes, além do uso e produção de material audiovisual.

b) No âmbito da gestão das atividades do Observatório Social do Trabalho, o que supõe a participação e colaboração dos atores sociais e parceiros vinculados ao projeto. Tal processo de gestão implicará o acompanhamento e avaliação constante das atividades do Observatório, com realização de reuniões periódicas dos parceiros e de avaliações técnicas com equipes especializadas de pesquisadores e alunos. A divulgação dos indicadores, estudos, análises e todo conjunto de informações no Portal do Observatório será, pois, objeto de permanente avaliação da coordenação do Observatório e dos parceiros reunidos num Conselho de Gestão. Este conselho de gestão deverá ser definido segundo normas próprias a serem elaborados pelos parceiros do projeto, isto é, as instituições e órgãos que dele participam.

O desenvolvimento do projeto envolverá, ainda, as seguintes atividades:

a) Reuniões periódicas com as instituições parceiras para discutir e definir os indicadores, estudos, análises, documentos, etc., a serem publicados no Portal do Observatório Social do Trabalho.

b) Reuniões periódicas com o grupo de pesquisadores do Observatório Social do Trabalho (professores, alunos, técnicos) a fim de definir e acompanhar as pesquisas a serem realizadas, os dados e estudos a serem publicados e as formas de publicação dos mesmos.

c) Atividades regulares de pesquisa de campo para levantamento e organização dos dados quantitativos e qualitativos a serem publicados no Portal do Observatório Social do Trabalho.

d) Atividades de extensão visando estabelecer o debate e a reflexão crítica sobre as transformações do mundo do trabalho na região.

Atividades de extensão destinadas a fomentar o debate público, crítico e democrático, sobre as transformações do mundo do trabalho na Zona Sul do Estado do RS.

6. LINHAS DE PESQUISA E AÇÃO:

- 1. Trabalho, subjetividades e identidades**
- 2. Emprego e desenvolvimento regional**
- 3. Trabalho, discriminação e desigualdades sociais**
- 4. Trabalho, formação e qualificação profissional**
- 5. Trabalho e saúde dos trabalhadores**
- 6. Trabalho, sindicatos e ação coletiva**
- 7. História e memórias do trabalho**
- 8. Trabalho, instituições e políticas públicas**
- 9. Trabalho, precariedade e exclusão social**

7. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP/UFPel

Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI/FURG (?)

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Ministério Público do Trabalho – MPT

Ministério da Previdência Social – MPS

Agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE/FGTAS

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST

Comissões Municipais de Emprego

Secretarias Municipais (Saúde, Desenvolvimento Econômico, etc.)

Centrais Sindicais: CUT, CGT, Força Sindical...

8. RECURSOS HUMANOS: PESQUISADORES E CARGA HORÁRIA

Coordenador:

Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

Professores pesquisadores:

Anne Marie Therese Georgette Emilia Wautier
Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas
Naiara Dal Molin
Susana Maria Veleda da Silva

Alunos pesquisadores:

Áureo Luiz da Rocha
Franciele dos Santos da Silva

Outros técnicos e colaboradores:

Ligados às instituições parceiras e áreas técnicas da UFPel.

CARGA HORÁRIA PREVISTA NO PROJETO DE EXTENSÃO:

Coordenador: 6 horas semanais. Total anual (42 semanas): 252 horas
Professores: 2 a 4 horas semanais. Total anual (34 semanas): 68 a 136 horas
Alunos: 2 a 4 horas semanais. Total anual (34 semanas): 68 a 136 horas

Certificados previstos para coordenador, para professores e alunos pesquisadores e para colaboradores.

Será aberto um prazo de inscrição no projeto para novos alunos pesquisadores e colaboradores do projeto.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto será desenvolvida através de reuniões periódicas entre as instituições parceiras envolvidos no projeto e entre os pesquisadores e técnicos encarregados de executar as atividades de pesquisas e publicar seus resultados.

10. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

APPAY, Béatrice & THÉBAUD-MONY, Annie (Org.). *Précarisation social, travail et santé*. Paris: CNRS/INSERM, 1997.

BASTOS, Raul (Org.). *Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 2007.

CASTEL, Robert. *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CATTANI, Antonio & HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

- DEMAZIERE, Didier. Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego. O caso francês. In: GUIMARÃES, N., HIRATA, H. e SUGITA, K. (Org.). *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo, Edusp, 2009. p.101-122.
- DEMAZIERE, Didier. *Le chômage. Comment peut-on être chômeur?* Paris: Éditions Belin, 2003.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). Trabalho, precarização e resistências. *Caderno CRH*, Salvador, nº spe 01, v. 24, p.35-55, 2011.
- DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). Trabalho, precarização e resistências. *Caderno CRH*, Salvador, nº spe 01, v. 24, 2011.
- DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização.* São Paulo: Boitempo, 2007.
- DUBAR, Claude & TRIPIER, Pierre. *Sociologie des professions.* Paris, Armand Colin, 1998.
- DUBET, François. *Injustices. L'expérience des inégalités au travail.* Paris, Seuil, 2006.
- GUIMARÃES, Nadya. *Desemprego, uma construção social.* São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). Trabalho, precarização e resistências. *Caderno CRH*, Salvador, nº spe 01, v. 24, p.13-20, 2011.
- NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 56, 2000.
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. (Org.). *Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Cap. 1, p.13-41.
- PAUGAM, Serge. *Le salaridé de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle.* Paris: PUF, 2000.
- PICCININI, V. et al. (Org.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- ROSA, Joal de Azambuja. Desenvolvimento e disparidades regionais no Rio Grande do Sul: sugestões de linhas de programas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo. FEE/RS. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 23 março 2012.
- ROSENFELD, Cinara. Trabalho, emprego e precarização social (Dossiê temático). *Sociologias*, Porto Alegre, nº 25, 2010.
- VARGAS, Francisco E.B. *Relações sociais de classe e gênero: o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas.* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.
- VARGAS, Francisco E. B. *Formas e experiências de privação de trabalho no Brasil. A construção social do desemprego na perspectiva de uma sociologia das relações sociais.* Tese de doutorado em sociologia. Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines, 2008.